

Ata da Assembleia Municipal de Alpiarça – Sessão Ordinária realizada no dia 26 de Novembro de 2015 -----

----- Aos vinte e seis dias do mês de Novembro de dois mil e quinze, no auditório dos Paços do Município de Alpiarça, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Alpiarça cuja Mesa foi composta pelo seu presidente: Fernando Rodrigues Louro e pelos 1.º e 2.º secretários, respetivamente: Júlio Manuel Fernandes Pratas e António Júlio Lopes Pereira, eleitos pela CDU-(PCP/PEV). -----

----- Para além dos membros da Mesa, compareceram nesta assembleia os seguintes deputados municipais: Miguel Ângelo Félix Miranda, Liliana dos Santos Carapinha, João Pedro Antunes Osório, Celestino Tomás Pereira Brasileiro, João Pedro Lopes da Silva, Fernanda Maria Maia Nunes Fragoso Garnel e Fernanda Maria Coutinho Precaté Fontaínhas Amorim Cardigo, eleitos pela CDU-(PCP/PEV), Fernando Manuel Pereira Neves Ramalho, Ana Margarida Vences Rosa do Céu, Luís Miguel Gomes Sá Pereira, eleitos pelo Partido Socialista (PS), Maria Domingas Caldeira Cabral de Mendonça, João Miguel Alcobia Curvacho e Paulo Duarte Sardinheiro, eleitos pelo Todos Por Alpiarça-(PPD/PSD-MPT). Marcaram ainda presença: o Sr. Presidente da Câmara, Mário Fernando Atracado Pereira, eleito pela CDU-(PCP/PEV), bem como Srs. Vereadores João Pedro Costa Arraiolos, eleito pela CDU-(PCP/PEV) e Francisco José Saturnino Cunha eleito pelo Todos Por Alpiarça-(PPD/PSD-MPT); -----

----- **A Ordem de Trabalhos** proposta na convocatória foi a seguinte: -----

----- **Ponto 1** - Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do Município e da sua situação financeira, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do art.º 25 da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro. -----

----- **Ponto 2** - Apreciação e votação da Proposta do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para o Ano de 2015 a liquidar em 2016 – DL 287/2003 de 12 de Novembro, na redação atualizada. -----

----- **Ponto 3** - Apreciação e votação da Proposta da Taxa de Derrama do ano de 2015 para cobrança no ano de 2016 – de acordo com o n.º 1 do artigo 18º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, na redação atualizada (Lei da Autarquias Locais). -----

----- **Ponto 4** - Apreciação e votação da Proposta de Participação Variável no IRS – Ano de 2016 para cobrança em 2017- N.º 1 do Artigo n.º 26º da Lei das Finanças Locais – Lei n.º 73/2013, de 30 de Setembro, na redação atualizada (Lei das Finanças Locais). -

----- **Ponto 5** - Apreciação e votação da Proposta da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) – valor Percentual para o Ano de 2016 – Lei n.º 5/2004, de 10 de Fevereiro, na redação atualizada – Lei das Comunicações Eletrónicas. -----

----- **Ponto 6** - Apreciação e votação do Reconhecimento do Interesse Público Municipal na Regularização da Instalação Pecuária, da Firma “Crigado S.A.”, sita no Cabeço do Moeda, em Alpiarça, e na regularização e ampliação da instalação Pecuária sita na Atela – Casalinho. -----

----- **Ponto 7** - Apreciação e votação do Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo para Estudantes do Ensino Superior do Concelho de Alpiarça. -----

----- **Ponto 8** - Apreciação e votação da Proposta das Grandes Opções do Plano, e Proposta de Orçamento para o ano económico de 2016. -----

----- **Ponto 9** - Apreciação e votação da Proposta para a Autorização para a Contratação de um empréstimo de curto prazo para o ano de 2016. -----

----- **Ponto 10** - Leitura, discussão e votação das atas da Assembleia Municipal, realizadas nas sessões dos dias 29 de Junho de 2015 e 28 de Setembro de 2015. -----

----- **Ponto 11** - Leitura, discussão e votação de recomendações, moções e votos, conforme disposto no n.º 2 do art.º 20 do Regimento. -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu início à sessão eram vinte horas e quarenta e sete minutos, começando por cumprimentar todos os presentes e informando que estão ausentes na bancada da CDU-PCP/PEV por terem pedido a suspensão do mandato, os Srs. Deputados: Ana Paula Matias, Henrique Miguel Caetano Santana, Marco Heleno Silva e Miguel Eusébio que foram substituídos por Liliana dos Santos Carapinha, António Júlio Lopes Pereira e Miguel Félix Miranda da mesma bancada. Que estão ausentes na bancada do Todos Por Alpiarça-(PPD/PSD-MPT) por terem pedido a suspensão, os Srs. Deputados Mário Raúl Santiago do Céu e Maria Gabriela Pinhão Coutinho, que foram substituídos por Maria Domingas Caldeira Cabral de Mendonça e João Miguel Alcobia Curvacho, da mesma bancada. -----

----- **1.º PERÍODO DO PÚBLICO** -----

----- **Intervenções:** -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu início ao primeiro período de intervenção do público, começando por dar a palavra ao senhor munícipe Eduardo Costa, que se inscreveu para falar sobre o IMI Familiar. O munícipe começou por dizer

2/25

que no dia 29 de Novembro de 2013, foi a data em que iniciou as suas intervenções nesta Assembleia e em que entendeu começar a assumir algum protagonismo cívico para a melhoria do papel do Executivo e tendo passado 2 anos disse que gostaria de fazer uma pequena retrospectiva, tendo de reconhecer que as suas expectativas ficaram um pouco aquém, porque o seu contributo nem sempre foi bem recebido, tendo sido considerado anticomunista, reacionário do 25 de Novembro. O seu segundo objetivo era procurar incentivar uma maior participação dos cidadãos de Alpiarça, o que não tem acontecido, admitindo que falhou e o que lhe traz à lembrança o que referiu o jornalista Hernâni de Carvalho na SIC em direto, que disse que em Alpiarça as pessoas têm medo de falar e há um ambiente de medo e acha que as pessoas se sentem constrangidas em virem aqui expor os seus problemas. Informou que o IMI Familiar permite que as famílias mais numerosas tenham reduções substanciais na taxa do IMI e acusou o Sr. Presidente da Câmara de considerar esta baixa de IMI para famílias numerosas como socialmente injusta. Mais informou que a maioria dos municípios do país, sobretudo ao norte do Tejo, mais concretamente 210 câmaras municipais, já aprovaram esta medida e questionou-se se estes municípios estarão errados e a minoria é que estará certa. Considerou que um dos os argumentos do Sr. Presidente da Câmara para a não aplicação desta medida é que o município de Alpiarça perde anualmente 400.000 euros por não aplicar a taxa máxima, lembrou ainda que o orçamento municipal para 2016 vai passar de 6 para 8 milhões de euros e que a receita prevista de IMI no mesmo orçamento é de 900.000 euros, quando em 2010/2011 era de 385.000 euros, ou seja em 5 anos mais do que duplicou, deixando no ar a pergunta se com este aumento, não haverá condições para que pessoas com filhos menores possam ter uma redução substancial no seu IMI. Finalizou opinando que os proprietários de casas devolutas, degradadas ou em ruínas é que deveriam ser penalizadas de modo a pagarem mais IMI. Apelou aos deputados da CDU que votassem em consciência sobre esta questão do IMI Familiar e não de acordo com a imposição do PCP, e que a proposta da câmara sofresse uma alteração nesse sentido. -----
----- O Sr. Presidente da Assembleia em resposta ao senhor munícipe disse que o pedido feito pelo mesmo é ilegal, uma vez que as propostas vindas da Câmara não podem ser alteradas, apenas podem ser aprovadas ou reprovadas, passando a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder ao senhor munícipe. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara, após proceder ao cumprimento de todos os presentes e em resposta à solicitação do munícipe, referiu que neste momento não faz qualquer sentido a proposta de alteração a fazer à taxa de IMI, uma vez que a mesma já foi aprovada na Câmara, vem hoje à Assembleia para ser discutida e votada e com certeza que será aprovada e nesse ponto da Ordem de Trabalhos, quando se registar a discussão do mesmo, esclarecerá a posição da Câmara sobre o assunto. Finalizou dizendo que em Alpiarça não há medo de nada e que as pessoas podem intervir sempre que quiserem nesta Assembleia ou nas Reuniões de Câmara. Acusou o munícipe de não conhecer Alpiarça, apesar de já cá viver há muitos anos e que nesta terra, a população de Alpiarça, durante décadas, e mesmo em tempos de ditadura sempre se bateu pela liberdade, pela democracia e pela dignidade, enquanto pessoas, enquanto portugueses, enquanto trabalhadores. A seguir ao 25 de Abril os Alpiarcenses deram um importante contributo na construção e consolidação da democracia, na igualdade social e na consumação de direitos. Portanto em Alpiarça não há medo, porque Alpiarça é uma terra da Liberdade e da Democracia e não é o senhor Eduardo, nem qualquer outra pessoa que põe isto em causa, pelo menos com o consentimento do Presidente da Câmara e do PCP, sem obter uma resposta adequada.

----- O Sr. Presidente da Assembleia informou quais os votos ou moções que lhe tinham chegado à Mesa, para serem discutidos e deu início ao período seguinte. -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **Intervenções:** -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, deu início a este período. -----

----- O Sr. Deputado Paulo Sardinheiro começou por se referir à tomada de posse do Governo Socialista, considerando-a uma prova de fogo e desejando boa sorte ao povo português no geral e aos alpiarcense em particular. Pediu uma relação de todos os processos de litigância que a Câmara tem em Tribunal, considerando que já foi pedida pelo Sr. Vereador do Todos Por Alpiarça-(PPD/PSD-MPT) e fornecida, mas que não estaria devidamente instruída com todos os elementos solicitados. Solicitou ainda que as faturas das senhas de refeição da cantina possam ser comunicadas diretamente ao Portal das Finanças como despesas de educação para que possam ser dedutíveis no IRS dos pais ou encarregados de educação das crianças. -----

----- A Sr.^a Deputada Fernanda Cardigo em nome do Executivo da Junta de Freguesia agradeceu à Câmara Municipal, ao seu Gabinete de Apoio, aos Gabinetes Jurídico, de Recursos Humanos, de Desporto e Cultura e ao pessoal do Exterior, todo o apoio que tem sido dado à Junta de Freguesia ao longo destes dois anos. Mais informou que a Junta de Freguesia vai apresentar o seu Plano de Atividades para 2016 no próximo dia 11 de Dezembro e que a Junta de Freguesia de Alpiarça vai continuar a dar uma especial atenção a três áreas de atuação: ao património da Junta, ao apoio social a famílias com graves carências económicas e às atividades lúdico-culturais. No âmbito da conservação do património, informou que será recuperado o telhado da antiga Escola do Casalinho, assim como a reestruturação do Parque Infantil do mesmo. Será também com grande esforço financeiro, recuperado todo o telhado da antiga Escola Visconde Barroso. Finalizou felicitando o Executivo por neste contexto económico conseguir manter todos os apoios sociais, manter o IMI na taxa mínima, o que de certeza absoluta não aconteceria se tivéssemos alguém irresponsável a gerir a autarquia, já teríamos provavelmente caído no FAM e teríamos agora todos os impostos cobrados pela taxa máxima. -----

----- O Sr. Deputado Júlio Pratas e Secretário da Mesa, fez uma intervenção sobre as várias intervenções que o Sr. município Eduardo Costa tem tido nas últimas Assembleias Municipais. Disse que estava de acordo com o município quando este diz que gostava que houvesse uma maior cordialidade institucional, mas entende que há aqui uma contradição insanável, referiu que em Outubro de 2014, publicamente o senhor chamou aos eleitos da CDU e citou: “burros, medíocres, oportunistas, ambiciosos, com vícios, mentirosos”, depois numa outra Assembleia, aqui, em pé, acusou o Executivo de “comportamentos criminosos”, e em Setembro de 2015, chamou novamente ao Executivo: “carreiristas e mercenários da política”. Ironizou, dizendo que para cordialidade institucional, isto não está nada mau. Finalizou dizendo que apesar de tudo e que era um elogio que fazia ao município, com toda a honestidade, é que o senhor município faz isto, diz isto, mas assina por baixo, ao contrário de alguns miseráveis que se refugiam no anonimato. -----

----- O Sr. Deputado Miguel Sá Pereira congratulou-se com as barreiras que as esquerdas finalmente conseguiram derrubar e que hoje se fez História ao permitir-se a tomada de posse de um governo do PS apoiado por essas esquerdas e disse acreditar

5/25

que o país hoje está melhor e que o que aconteceu foi o melhor para o país. Mais disse que dos partidos que conseguiram o acordo ninguém precisa de perder a sua identidade e sem ninguém precisar deixar de acreditar no que acredita e continuar a ter os seus ideais. Continuando a sua intervenção, disse-se preocupado com os balneários do Estádio Municipal que em seu entender necessitam urgentemente de obras. Em relação ao lixo, apelou a que o Executivo faça os possíveis para que a sua recolha seja feita o mais frequentemente possível. Relativamente à Casa-Museu dos Patudos apelou a que seja rapidamente resolvida a questão dos problemas que afetam as paredes do novo auditório e perguntou se há alguma solução prevista. Perguntou se havia alguma previsão para o asfaltamento e colocação de passeios na rua Josué Peralta que foi aberta no Frade de Cima. Finalizou apelando a que sejam repintadas as sinalizações horizontais da estrada do campo, que liga Alpiarça à Tapada, cuja responsabilidade é dos municípios de Alpiarça e de Almeirim, porque sobretudo durante a noite, ou com chuva ou com nevoeiro, a circulação automóvel torna-se bastante perigosa, porque em muitos troços já não há limite de bermas nem existência de traço central. -----

----- Concluídas as várias intervenções, o Sr. Presidente da Câmara, disse que iria procurar responder sucintamente às questões colocadas pelos senhores deputados municipais. -----

----- Relativamente às questões colocadas pelo Sr. Deputado Paulo Sardinheiro disse que a lista dos processos de litigância em Tribunal já foi disponibilizada e que inclusivamente acompanha os Documentos Previsionais que hoje vêm a esta Assembleia para aprovação, mas que irá apreciar o que os Srs. Deputados pretendem para tentar proceder em conformidade. Quanto às senhas de almoço na cantina disse ir ver o que se passa e que irá ver junto dos serviços municipais se é possível fazer a emissão das faturas para efeitos de IRS. De qualquer modo disse que o sr. Deputado Paulo Sardinheiro se referiu a todas as cantinas do ensino público em Alpiarça, mas que apenas as cantinas do ensino pré-primário e ensino básico são da responsabilidade da Câmara de Alpiarça. -----

----- Agradeceu as palavras elogiosas proferidas pela Sr.^a Deputada e Presidente da Junta de Freguesia, retribuindo também a intervenção da mesma Junta nestes dois anos, sem a qual não seria possível levar por diante muitas iniciativas do município. ----

6/25

----- Sobre a intervenção do sr. Deputado e Secretário da Mesa, Júlio Pratas, disse que no essencial estava de acordo com o que foi dito. -----

----- Relativamente à intervenção do Sr. Deputado Miguel Sá Pereira, concordou que o estado dos Balneários Municipais preocupa o Executivo e que a curto/médio prazo será feita uma intervenção de modo a melhorar substancialmente as suas condições. Relativamente ao novo Auditório da Casa dos Patudos, disse que se está a trabalhar com o empreiteiro e com o projetista de modo a solucionar o problemas das paredes. Sobre a Rua Josué Peralta referiu que o Executivo teria o máximo gosto de proceder à finalização desse e de outros arruamentos no Concelho mas sem o apoio de fundos comunitários será completamente impossível. -----

----- De seguida usou da palavra o Sr. Vereador Carlos Pereira, afirmando que a questão dos lixos já é um assunto recorrente, mas que o lixo em Alpiarça é recolhido mais do que uma vez por semana e aproveitou para enaltecer a entrega e dedicação das três pessoas que fazem a recolha do lixo, uma vez que neste momento só há um camião a fazer a recolha, quando antes eram dois, tendo o pessoal sido reduzido para metade e é com esforço e entrega do motorista e das duas pessoas que andam atrás do camião que a recolha do lixo está a ser feita como está. Relativamente às marcações e sinalização horizontal na estrada do campo, apontou para o início do próximo ano, a sua concretização. -----

----- O Sr. Deputado Paulo Sardinheiro chamou a atenção para o facto do pessoal que recolhe o lixo ser visto frequentemente sem máscara e seria bom que a usassem, dado que permanecem muitas horas expostos a todo o tipo de inalações. Concordou que o assunto dos lixos é realmente um assunto recorrente, mas que também deve ser uma preocupação do Executivo já que nas GOP's é feita uma menção ao reforço de equipamentos para este serviço. -----

----- O Sr. Vereador Carlos Pereira disse que a questão das máscaras é uma questão pertinente, e que o pessoal é alertado para o uso de máscaras e de coletes refletores mas que nem sempre cumprem as regras. Quanto às GOP's referiu que o que está previsto é a lavagem dos contentores. -----

----- Findo este período, o Sr. Presidente da Assembleia informou que iriam entrar na Ordem de Trabalhos. -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **Intervenções:** -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, deu início a este período. -----

----- O Sr. Deputado Paulo Sardinheiro em nome da bancada do Todos Por Alpiarça- (PPD/PSD-MPT) apresentou um requerimento para alteração da Ordem de Trabalhos, no sentido do Ponto 10 passar para Ponto 1, e do Ponto 8, passar para o Ponto 2. -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia informou que iria pôr estes requerimentos à consideração da Assembleia, manifestando desde logo a sua discordância uma vez que os primeiros pontos da Ordem de Trabalhos têm de ser obrigatoriamente aprovados até ao dia 30 de novembro, podendo os restantes ser discutidos numa outra sessão caso hoje não se consigam discutir todos os pontos e pôs de imediato os requerimentos à votação, tendo os mesmo sido reprovados com 13 votos contra das bancadas da CDU- (PCP/PEV) e do PS e 3 votos a favor da bancada do Todos Por Alpiarça-(PPD/PSD-MPT), mantendo-se assim a Ordem de Trabalhos tal como tido sido proposta. -----

----- **Ponto 1 - Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do Município e da sua situação financeira, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do art.º 25 da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro.** -----

----- **Intervenções:** -----

----- O Sr. Presidente da Câmara fez a apresentação das atividades da Câmara Municipal, realçando a construção do parque de lazer, com aparelhos de resistência muscular, junto às piscinas municipais, que foi executado com a colaboração entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia e com meios próprios das duas autarquias. Realçou também a realização de uma reunião no dia 19 de novembro em Salvaterra de Magos, e que juntou 32 municípios da área de abrangência do Programa Operacional do Alentejo no âmbito do Programa Operacional 2020, municípios esses que para efeitos de regeneração urbana são considerados municípios complementares, isto porque os municípios de maiores dimensões são considerados para efeitos de distribuição de verbas, como municípios estruturantes. Nesta área de abrangência foram considerados 26 municípios como estruturantes e 32 municípios como complementares. Aos primeiros foram afetados 126 milhões de euros e aos segundos apenas 18 milhões, daí que se tenham reunido os municípios mais pequenos em Salvaterra no sentido de se criar um grupo de pressão para tentar que haja já uma maior equidade na distribuição de recursos e mais tarde, não antes de 2017 ou 2018. Informou ainda que a Câmara está a

8/25

proceder a pequenas obras na Biblioteca Municipal e também ao rebaixamento do palco do Auditório Mário Feliciano, que era uma exigência antiga, dada a desproporção da sua altura em relação às dimensões da sala. Por último o Sr. Presidente da Câmara em relação à situação financeira do município, disse que a mesma revela ao dia de hoje uma diminuição de 3,2 milhões de euros no valor da dívida apurada a 31/12/2009, o que corresponde a cerca de 25% da mesma, num esforço que tem sido contínuo e que é para se manter, mas que limita em muito a ação do Executivo. -----

----- O Sr. Deputado Fernando Ramalho congratulou-se pela construção do parque de lazer, com aparelhos de resistência muscular, junto às piscinas municipais. Chamou a atenção para um Relatório que receberam sobre uma Auditoria às contas do Município de Alpiarça feita pelo Tribunal de contas, em que se aponta para um dívida de cerca de 11 milhões de euros, nas contas auditadas, quando o Sr. Presidente tem falado sempre numa dívida de 13,3 milhões de euros, verificando-se aqui uma diferença significativa. ---

----- A Sr.ª Deputada Fernanda Garnel felicitou também o Executivo Municipal e a Junta de Freguesia pela conclusão do parque de lazer, com aparelhos de resistência muscular, junto às piscinas municipais, projeto que fazia parte do programa eleitoral da CDU-(PCP/PEV). Congratulou-se pela forma como o Executivo tem vindo a executar outras atividades na área do desporto, cultura, lazer, ação social, apoio ao associativismo e na manutenção e conservação de edifícios sob a sua responsabilidade, como é o caso recente da Biblioteca Municipal. -----

----- O Sr. Deputado Celestino Brasileiro disse querer desejar as maiores felicidades ao Governo do PS, que hoje tomou posse, e que conta com o apoio parlamentar da CDU-(PCP/PEV) e do Bloco de Esquerda e que esse Governo possa repor a dignidade que merecem as pessoas mais carenciadas, que foram os mais prejudicados com quem nos governou durante os últimos 4 anos. Relativamente à informação das atividades da Câmara Municipal, realçou o facto de cada vez mais organismos escolherem Alpiarça, para realizar os seus encontros, as suas reuniões ou simplesmente para nos visitarem, dando exemplo de algumas dessas realizações que constam no documento. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara relativamente às considerações do Sr. Deputado Fernando Ramalho, disse que o Tribunal de Contas auditou e aprovou as contas do ano de 2009, que foi o último ano de exercício do Executivo do PS, mas que esse exercício não terminou nos finais de Outubro quando se realizaram as eleições. O valor de cerca

de 13,3 milhões de euros de dívida, encontrado após uma auditoria efetuada por uma entidade externa, já no Executivo de maioria CDU-(PCP/PEV) inclui também um conjunto de despesa não contabilizada e várias dívidas que o Município foi condenado a pagar a fornecedores, reportando-se a dívida a 31 de Dezembro de 2009. -----

----- Foi concluída assim a tomada de conhecimento da Informação Escrita em apreço.

----- **Ponto 2 - Apreciação e votação da Proposta do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para o Ano de 2015 a liquidar em 2016 – DL 287/2003 de 12 de Novembro, na redação atualizada.** -----

----- **Intervenções:** -----

----- O Sr. Presidente da Câmara fez a apresentação da proposta do Imposto Municipal sobre Imóveis, referindo que o mesmo se continua a fixar na taxa mínima de 0,3%, abdicando-se de cerca de 400.000 euros anuais, que resultam em cerca de 1,5 milhões de euros nestes últimos anos, se aplicássemos a taxa máxima de 0,5%. Quanto ao IMI Familiar que resulta na redução da taxa de IMI por via do número de filhos do agregado familiar, o Sr. Presidente considerou-a socialmente injusta, porque tanto se aplica a quem tenha baixos rendimentos anuais, como a quem tenha elevados rendimentos. O Sr. Presidente informou ainda que não está quantificado pela Autoridade Tributária os agregados familiares ou sujeitos passivos que ficarão isentos de pagar IMI no concelho de Alpiarça, ao abrigo do artigo 48.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, e que tem a ver não só com o valor patrimonial dos prédios, mas também pelo rendimento anual bruto dos sujeitos passivos ou do seu agregado familiar. Quanto ao agravamento das taxas para imóveis degradados, iríamos cair também em situações injustas, porque esse agravamento iria recair amiudadas vezes em agregados familiares de baixos rendimentos e que não têm condições de recuperar imóveis de habitação própria, ou outros adquiridos por doações ou heranças e não os podem ou querem vender agora. -----

----- O Sr. Deputado Fernando Ramalho disse não só concordar com a taxa de IMI proposta pelo Executivo, mas também com o facto de não se aplicar no concelho o IMI Familiar, por ser uma medida populista e socialmente injusta. -----

----- O Sr. Deputado João Pedro Silva disse que estava na generalidade de acordo com o que foi dito pelo Sr. Deputado que o antecedeu, frisando que se o Governo quer ajudar as famílias mais carenciadas e com maior número de filhos, então que reponha o abono de família que retirou. Concluiu dizendo que no distrito de Santarém só Mação aplicou o

10/25

IMI Familiar e que que à exceção da Chamusca todos os restantes concelhos do distrito tem taxas de IMI superiores a 0,3%. -----

----- O Sr. Deputado João Curvacho propôs que anualmente no orçamento municipal fosse reservada uma verba para ajudar as famílias mais necessitadas em pequenas obras para recuperação dos seus imóveis degradados, tendo-lhe sido respondido que isso já se fazia, o Deputado argumentou que o fosse feito de forma regulamentada. -----

----- O Sr. Deputado Miguel Sá Pereira afirmou que concordava plenamente com o que foi dito pelo Sr. Presidente, não só acerca da manutenção da taxa mínima de IMI, mas também da não aplicação em Alpiarça do IMI Familiar e ainda sobre as isenções concedidas ao abrigo do artigo 48.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, esta sim uma medida muito mais justa, mas cujo valor está por quantificar em Alpiarça. -----

----- O Sr. Deputado Paulo Sardinheiro disse não concordar com o que foi dito pelo Sr. Presidente acerca da aplicação da taxa de 0,3% em detrimento da taxa máxima de 0,5% de IMI, porque a taxa de 0,3% como é aplicada sobre imóveis reavaliados, já implica um aumento enorme na receita de IMI. Também não concorda que não se aplique no concelho de Alpiarça, o IMI Familiar e que não se dê a possibilidade às famílias com mais filhos de pagarem menos IRS. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara procurando responder às sugestões e questões colocadas, disse que a sugestão do Sr. Deputado João Curvacho faz todo o sentido, que poderá estudar-se a criação de um Regulamento de apoio à recuperação de imóveis degradados, opinando porém que a recuperação dos prédios urbanos degradados nos centros urbanos terá de assentar em medidas de fundo que partam da governação central e que os apoios municipais existem, mas que são chegam para resolver os problemas que afligem a generalidade dos proprietários de prédios antigos, que por um lado não estão em condições de os vender, mas também não estão em condições económicas de os recuperar. Quanto à discordância do Sr. Deputado Paulo Sardinheiro sobre a não aplicação do IMI Familiar em Alpiarça, manteve o que já tinha dito anteriormente, tendo verificado que na generalidade a maioria dos senhores deputados municipais estão de acordo com a proposta do Executivo. -----

----- O Sr. Deputado Fernando Ramalho opinou que podia perfeitamente majorar-se o IMI nas casas degradadas e que era uma maneira de pressionar os proprietários a preocuparem-se com a recuperação dos imóveis degradados e inclusivamente começa a

11/25

ser necessário começar a deitar abaixo os imóveis que estão em ruínas, principalmente na estrada principal, nem que os proprietários comecem a pagar menos IMI só para que a estrada principal ganhe outra aparência. -----

----- A Sr.^a Deputada Fernanda Cardigo, referiu que a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia reabilitaram várias habitações em que os seus proprietários nunca tinham tido casa de banho, nem sequer uma cozinha, embora muitos eleitos municipais não se apercebam disso. Disse ainda que a Junta de Freguesia dedica 2,5% do seu orçamento global para acudir a estas situações, sendo que muitas delas não são sequer da sua responsabilidade. -----

----- O Sr. Deputado Paulo Sardinheiro opinou que a população de Alpiarça não irá compreender que uma Câmara Municipal que tem as suas receitas aumentadas em cerca de 30% por cento, não aplique o IMI Familiar de modo a beneficiar as famílias com mais dependentes. -----

----- O Sr. Deputado Miguel Sá Pereira defende que o IMI Familiar foi mais um artifício eleitoralista criado pelo anterior governo, é uma medida injusta, que beneficia quem mais ganha e quem mais património tem e não quem menos ganha. -----

----- O Sr. Deputado João Pedro Silva voltou a defender que o governo devia repor o abono de família a quem o retirou há vários anos e deixar de atirar para cima das câmaras a aplicação de uma medida socialmente injusta. -----

----- O Sr. Deputado João Osório reforçou também a opinião que as isenções concedidas ao abrigo do artigo 48.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, já aqui abordadas, é uma medida justa mas que pode baixar bastante a receita de IMI, num concelho como o nosso com uma população envelhecida e com baixos rendimentos. Reprovou as isenções de IMI concedidas aos Bancos e aos Fundos Imobiliárias. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara opinou que as posições das várias bancadas estão muito claras e que deveria passar-se à votação. -----

----- **Votação do Ponto:** Aprovado com 13 votos a favor das bancadas da CDU-(PCP/PEV) e do PS, 1 voto contra do Sr. Deputado Paulo Sardinheiro, da bancada do Todos Por Alpiarça-(PPD/PSD-MPT) e 2 abstenções, da restante bancada do Todos Por Alpiarça-(PPD/PSD-MPT). -----

----- O Sr. Deputado Paulo Sardinheiro disse que votou contra a proposta da Câmara Municipal, por entender que ela poderia ter ido mais longe, na baixa do IMI. -----

----- O Sr. Deputado António Júlio Pereira declarou ter votado favoravelmente a proposta da Câmara para manter a taxa de IMI nos 0,30%, até porque é um esforço importante, até pela execução do Plano de Saneamento Financeiro, desde o visto do Tribunal de Contas, em 7 de Abril de 2011 e também à não atribuição do chamado IMI Familiar, que é uma medida injusta, porque não tem em conta os rendimentos dos agregados familiares nem o valor dos seus imóveis e quem tiver muito interesse em fazer justiça familiar nas famílias mais numerosas pode começar por repor o Abono de Família retirado a milhares de famílias portuguesas e baixar o IRS, porque aí ficarão abrangidas todas as famílias. Não venham pedir às autarquias que venham implementar estas medidas populistas, porque as autarquias precisam de cumprir as suas missões, têm atribuições e competências, têm receitas cada vez mais diminutas e ainda assim continuam a ser elas a fazer justiça social e a tomar medidas de natureza social. Isto de fazer caridade com o dinheiro dos outros é muito fácil. -----

----- **Ponto 3 - Apreciação e votação da Proposta da Taxa de Derrama do ano de 2015 para cobrança no ano de 2016 – de acordo com o n.º 1 do artigo 18º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, na redação atualizada (Lei da Autarquias Locais) - Proposta Presidência.** -----

----- **Intervenções:** -----

----- O Sr. Presidente da Câmara fez a apresentação do ponto, informando que a Derrama prevista tem 1,50% Taxa - Para as empresas com volume de negócios no ano anterior superior a € 150.000,00 (cento e cinquenta mil euros) e 1,00% de Taxa reduzida, para as empresas com volume de negócios no ano anterior inferior a € 150.000,00 (cento e cinquenta mil euros). Haverá isenção de derrama durante 2 anos (2015 e 2016) para as empresas que cumulativamente: 1 - Fixem a sua sede no concelho de Alpiarça, no ano 2015; 2 - Criem e mantenham, durante esse período, 3 ou mais postos de trabalho. -----

----- **Votação do Ponto:** Aprovado por unanimidade. -----

----- Após a votação do Ponto 3, o Sr. Presidente da Assembleia concedeu um intervalo, tendo os trabalhos sido retomados cerca de 15 minutos depois. -----

----- **Ponto 4 - Apreciação e votação da Proposta de Participação Variável no IRS – Ano de 2016 para cobrança em 2017- N.º 1 do Artigo n.º 26º da Lei das Finanças Locais – Lei n.º 73/2013, de 30 de Setembro, na redação atualizada (Lei das Finanças Locais)** - -----

13/25

----- **Intervenções:** -----

----- O Sr. Presidente da Câmara fez a apresentação do ponto, informando que esta proposta de participação no IRS pelo valor máximo, ou seja 5%, já vem sendo aplicada desde sempre, incluindo Executivos anteriores. -----

----- **Votação do Ponto:** Aprovado por unanimidade. -----

----- **Ponto 5 - Apreciação e votação da Proposta da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) – valor Percentual para o Ano de 2016 – Lei n.º 5/2004, de 10 de Fevereiro, na redação atualizada – Lei das Comunicações Eletrónicas. - Proposta Presidência.** -----

----- O Sr. Presidente da Câmara fez a apresentação do ponto. -----

----- **Votação do Ponto:** Aprovado por unanimidade. -----

----- **Ponto 6 - Apreciação e votação do Reconhecimento do Interesse Público Municipal na Regularização da Instalação Pecuária, da Firma “Crigado S.A.”, sita no Cabeço do Moeda, em Alpiarça, e na regularização e ampliação da instalação Pecuária sita na Atela – Casalinho. Proposta Presidência.** -----

----- **Intervenções:** -----

----- O Sr. Presidente da Câmara fez a apresentação do ponto. -----

----- O Sr. Deputado Fernando Ramalho perguntou se estava garantida a instalação da sede social da empresa no nosso concelho e se estavam garantidas todas as condições ambientais e ecológicas desta exploração de criação de gado suíno. -----

----- O Sr. Deputado Paulo Sardinheiro referiu que fazia suas as palavras do colega deputado que o antecedeu e que se iria abster apenas pelo facto de achar que a sede da empresa já devia estar instalada antes de ser feito este pedido. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara informou que a deliberação tomada pela Câmara Municipal vai exatamente nesse sentido, e é condição necessária para que seja feito o Reconhecimento do Interesse Público Municipal da empresa em questão. Quanto ao cumprimento das garantias ambientais e ecológicas da exploração, é uma competência das entidades que estão a montante do Município, informando que nós aqui podemos aprovar e reconhecer o interesse público da exploração para o concelho, mas essas entidades podem não o fazer, se a empresa não cumprir os requisitos exigidos para tal. --

----- **Votação do Ponto:** Aprovado com 10 votos a favor da bancada da CDU-(PCP/PEV), 3 votos a favor da bancada do PS, 2 votos a favor da bancada do Todos Por

14/25

Alpiarça-(PPD/PSD-MPT), e 1 abstenção do Sr. Deputado Paulo Sardinheiro, da bancada do Todos Por Alpiarça-(PPD/PSD-MPT), o qual fez declaração de voto, dizendo que se absteve por achar que a empresa já devia estar sediada em Alpiarça, antes desta proposta ter sido submetida à apreciação desta Assembleia. -----

----- **Ponto 7 - Apreciação e votação do Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo para Estudantes do Ensino Superior do Concelho de Alpiarça.** -----

----- **Intervenções:** -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia esclareceu que este Regulamento já veio à Assembleia Municipal de setembro e foi aprovado por unanimidade e entretanto esteve em discussão pública. Como não houve qualquer alteração ao Regulamento depois dessa discussão pública, o documento vem tal qual como foi a essa dita Assembleia de setembro, para hoje ser aqui votado, definitivamente, porque todos os procedimentos já foram feitos em anteriormente, quer em reunião de câmara, quer em sessão de assembleia municipal. -----

----- O Sr. Deputado João Curvacho chamou a atenção para que futuramente se possam incluir neste Regulamento, os TESP – Cursos Técnicos Superiores Profissionais, que são ministrados nos Institutos Politécnicos e conferem grau de licenciatura. -----

----- O Sr. Vereador João Arraiolos mostrou-se disponível para analisar essa situação e se for o caso, introduzir no próximo ano, essa alteração no Regulamento em apreço. -----

----- **Votação do Ponto:** Aprovado por unanimidade. -----

----- **Ponto 8 - Apreciação e votação da Proposta das Grandes Opções do Plano, e Proposta de Orçamento para o ano económico de 2016. - Proposta da Presidência.** ---

----- **Intervenções:** -----

----- O Sr. Presidente da Câmara informou que o Orçamento global é de € 8.380.000, que a sua aprovação foi adiada uns dias por haver algumas indefinições nas receitas, não só por não estar quantificado o valor das isenções de IMI, já aqui abordadas, mas também por não haver Orçamento de Estado e por não estarem ainda abertas as candidaturas ao próximo Quadro Comunitário de Apoio, o que pode condicionar algumas das obras que o Executivo tem previsto realizar. -----

----- O Sr. Vereador João Pedro Arraiolos, depois desta introdução do Sr. Presidente, informou que este Orçamento contém todas as receitas e despesas expectáveis para o próximo ano, e apesar de todas as indefinições já referidas, terão de ser respeitadas

todas as normas e compromissos em vigor, nomeadamente as transferências para o FAM, para a Segurança Social, para a Caixa Geral de Aposentações, para a ADSE, a redução de 3% no número de trabalhadores (cujo número já foi ultrapassado) e o respeito pela Lei dos Compromissos. Informou ainda que em relação aos Investimentos estão previstos vários projetos que poderão vir a aproveitar os Fundos Comunitários e terminou fazendo ainda uma síntese geral do restante Orçamento, não deixando de deixar claro que o Orçamento poderá sofrer modificações a montante, consoante a legislação que vier a ser alterada, nomeadamente com a publicação do OGE. -----

----- **PROLONGAMENTO DOS TRABALHOS PARA ALÉM DAS 24:00 HORAS** -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal ao abrigo do n.º 1 do art.º 13.º do Regimento e dado terem sido atingidas as 24:00 horas, interrompeu a discussão do ponto e pôs à consideração do plenário o prolongamento dos trabalhos. Procedendo-se a votação, o avanço dos trabalhos foi aprovado por maioria, com dez votos a favor de toda a bancada da CDU-(PCP/PEV), com duas abstenções dos Srs. Deputados Ana Margarida Céu e Miguel Sá Pereira, da bancada do PS, e três votos contra de toda a bancada do Todos Por Alpiarça-(PPD/PSD-MPT) e do Sr. Deputado Fernando Ramalho, da bancada do PS. -----

----- **Declarações de voto:** O Sr. Deputado Fernando Ramalho declarou que votou pela não continuidade dos trabalhos, em virtude da sessão se estar a realizar a uma quinta-feira e que se irá abster sempre que as sessões se realizarem às sextas-feiras. O Sr. Deputado Paulo Sardinheiro declarou que votou contra por esta reunião em particular que tem muitos pontos e que deveria ter sido marcada para uma sexta-feira, para além disso considerou que estava muito desgostoso com esta sessão, porque vem para estas sessões para discutir ideias políticas e não para estar a ser injuriado e difamado por pessoas que estão sentadas ao seu lado. Finalizou dizendo que vai estar presente na sessão por mais quarenta e cinco minutos, esperando que a sessão termine nesse lapso de tempo e que depois se ausentará. -----

----- O Sr. Deputado Fernando Ramalho, face ao teor das declarações do seu colega deputado em que alegou estar a ser injuriado e mal tratado por quem está ao seu lado, solicitou que o mesmo informasse quem o estava a injuriar e que fosse extraída certidão para ser enviada às autoridades policiais, sendo inadmissível o que foi descrito. -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia informou que está devidamente regimentado que o Sr. Deputado na altura em que se sentiu ofendido poderia perfeitamente ter pedido a defesa da honra, que lhe seria concedida de imediato e expor a situação. -----

----- O Sr. Deputado Paulo Sardinheiro alegou que não o fez, porque a pessoa em causa já tem um processo em tribunal, mas que está muito desagradado com a situação e que a sua vontade é abandonar os trabalhos. -----

----- O Sr. Deputado Fernando Ramalho considerou gravíssimo o que se está a passar. -

----- O Sr. Presidente da Assembleia voltou a afirmar o que tinha afirmado antes e que o Sr. Deputado Paulo Sardinheiro poderia defender-se de injúrias de um colega deputado ou mesmo de algum elemento do próprio público. O contrário é que não pode acontecer ou seja, elementos do público pedirem a defesa da honra. -----

----- Votado o prolongamento dos trabalhos o Sr. Presidente da Assembleia fez regressar a sessão à discussão no Ponto em que se encontrava antes. -----

----- O Sr. Deputado Paulo Sardinheiro referiu que fez uma leitura mais ou menos exaustiva dos documentos em discussão começando por referir que em relação às GOP's ficou bastante agradado com os objetivos definidos para a Casa dos Patudos e para a Biblioteca Municipal, já em relação ao Desporto acha que é tempo de se resolver o problema dos balneários do Estádio Municipal e zona envolvente. Já em relação ao Mercado Municipal opinou que é urgente requalificar o espaço. Criticou aspetos do Festival do Melão e a total ausência de uma estratégia concertada no que diz respeito ao desenvolvimento turístico do concelho e não se vê qualquer inovação neste campo. Criticou ainda aspetos relacionados com a Educação e com a Reabilitação Urbana. Já em relação ao Orçamento e em comparação com o do ano anterior, disse estranhar o aumento em cerca de 30% nas Receitas e nas Despesas e perguntou como explicavam o enorme aumento verificado em várias rubricas da Receita. Na parte da Despesa disse que gostaria que lhe explicassem também o enorme aumento em certas despesas, nomeadamente no que diz respeito a Operações Financeiras e nos custos com o Gabinete de Apoio. Disse que estranhava igualmente o enorme aumento com encargos em instalações e serviços. -----

----- O Sr. Deputado Miguel Sá Pereira disse que uma forma geral estava de acordo com as GOP's e que o Executivo tinha feito espelhar nas mesmas algumas das preocupações e sugestões feitas pelo Partido Socialista. Manifestou preocupação com a

falta de um Ecocentro, onde possam ser depositados os monos dos munícipes. Opinou que o Executivo pode ser mais ambicioso no Turismo e que pode estabelecer parcerias com operadores turísticos de modo a trazer mais turistas ao concelho. Em relação ao Orçamento opinou que a rubrica Outros deveria ser mais detalhada. -----

----- O Sr. Deputado João Osório referiu que a bancada da CDU-(PCP/PEV) vai votar favoravelmente quer as GOP'S quer o Orçamento para 2016. Disse verificar-se que os documentos contém muitos aspetos positivos como sejam: a continuação da redução da dívida, a continuação do cumprimento das obrigações para com fornecedores e instituições, a continuação do aumento no apoio às coletividades e associações nas suas vertentes sociais, culturais e desportivas e a continuação no apoio social a partes da população mais carenciadas, apesar do não cumprimento por parte dos sucessivos governos da Lei das Finanças Locais e pela aplicação de medidas Orçamentais bastante lesivas para a população, em particular das classes mais desfavorecidas, onde se têm procedido a sucessivos cortes nas despesas. Destacou ainda que estes documentos contribuem para o apoio e desenvolvimento económico local, ao comércio e à agricultura na produção e comercialização dos seus produtos, com a realização do Festival do Melão e da Alpiagra de entre outros. Destacou ainda os projetos de melhoria da iluminação pública, a limpeza da vala, a reabilitação da Barragem dos Patudos, a melhoria do espaço envolvente ao Jardim Municipal e às Piscinas Municipais que revelam preocupações do Executivo com a eficiência energética, com a ecologia e o ambiente e a livre fruição de espaços verdes, por parte da população e visitantes. Destacou ainda que a interligação da Casa dos Patudos, com a Barragem, com o Complexo Desportivo, com as Piscinas Municipais, a Reserva do Cavallo do Sorraia e o Parque de Campismo, irão contribuir decisivamente para que Alpiarça seja cada vez mais uma terra a visitar. Finalizou frisando que é por tudo isto que a bancada da CDU-(PCP/PEV) irá votar favoravelmente estes documentos, propostos pelo Executivo. -----

----- O Sr. Vereador João Pedro Arraiolos passou a responder às questões colocadas, alegando que muitas são idênticas às já formuladas em reunião de Câmara. No que diz respeito à requalificação dos balneários do Estádio Municipal, a mesma não foi esquecida, contando com uma dotação de 10.000 euros nas GOP's. Quanto ao Rendimentos de Propriedade, trata-se da previsão de receber rendas em atraso e do habitual pagamento da utilização das redes elétricas por parte da EDP. Quanto ao

18/25

aumento de despesas nas Operações Financeiras, são provisões para pagar despesas que fiquem por pagar em 2015, passando-se o mesmo com outras situações, em que as regras orçamentais assim o ditam. Quanto ao aumento de despesas com o Gabinete de Apoio, referiu que não se trata de um GAP apenas para o Sr. Presidente da Câmara, mas a todo o Executivo e que engloba também vários gabinetes nomeadamente: Informática, Jurídico e Comunicação. Quanto à rubrica Outros, é uma questão antiga, mas que tem a ver apenas com o POCAL - Sistema da Contabilidade Local e engloba todas as verbas que não se enquadram nas rubricas com denominação, sendo certo que todas juntas somam uma verba avultada, mas é um tema recorrente. -----

----- **Votação do Ponto:** Aprovado com 10 votos a favor da bancada da CDU-(PCP/PEV), 3 abstenções da bancada do PS e 3 abstenções da bancada do Todos Por Alpiarça-(PPD/PSD-MPT). -----

----- **Ponto 9 - Apreciação e votação da Proposta para a Autorização para a Contratação de um empréstimo de curto prazo para o ano de 2016.** -----

----- **Intervenções:** -----

----- O Sr. Presidente da Câmara apresentou sucintamente o ponto e passou de imediato a palavra ao Sr. Vereador João Pedro Arraiolos que informou tratar-se, à semelhança do que aconteceu o ano passado e com uma faculdade que a Lei 73/2013 nos proporciona, da autorização para a contratação de um empréstimo de curto prazo, que vai de 1 de Janeiro até 31 de Dezembro do próximo ano e que serve para colmatar constrangimentos de Tesouraria. Como é sabido, a Câmara lida mês a mês com oscilações muito grandes de receitas e este empréstimo visa fazer face aos meses de menor receita. É um empréstimo de 500.000 euros, a contrair junto do Banco Crédito Agrícola, que foi a entidade que apresentou a melhor proposta, com uma taxa de juro indexada à Euribor, acrescida de um spread de 1,75%. -----

----- O Sr. Deputado Fernando Ramalho reconhece a necessidade da contratação deste tipo de empréstimo, o que não concorda é que o ano passado se tenham pedido 200.000 euros e que este ano se peçam 500.000, que irão pagar os 200.000 do ano passado e se calhar para o ano vão pedir um milhão de euros para pagar o empréstimo de 500.000 deste ano, indo ficando restos por pagar e agravar a dívida do município, e com isso não pode concordar, até porque é ilegal. -----

----- O Sr. Deputado Paulo Sardinheiro, disse que não poderia aprovar este empréstimo, porque o mesmo não é destinado a investimento no Concelho, que fazia suas as palavras do Sr. Deputado que o antecedeu, e que acha um valor demasiado alto para gestão de Tesouraria e como tal se irá abster. -----

----- O Sr. Vereador João Pedro Arraiolos, em resposta aos senhores deputados, disse que também gostaria de contrair um empréstimo para Investimento se tal fosse permitido, mas como é sabido, isso é-nos proibido. O que é certo é que a parte da fatura que cabia à Câmara, tanto nas obras que foram feitas na Casa dos Patudos, como nestas obras, aqui na Praça do Município, foram suportadas pelo Orçamento do Município. É uma realidade que lidamos com dificuldades de Tesouraria, mas que os 200.000 euros do empréstimo anterior estão refletidos nos documentos hoje apresentados e o que é certo é que já reduzimos a dívida em 3,2 milhões de euros. Assegurou que estes 500.000 euros irão estar refletidos igualmente nos próximos Documentos de Gestão e a dívida municipal irá continuar a ser reduzida. A maior dificuldade de Tesouraria reflete-se em fazer a gestão municipal do dia a dia e acompanhar simultaneamente o serviço da dívida que é de mais de 4.000 euros por dia, como aliás já o referiu aqui por diversas vezes, finalizou alegando que o pagamento deste e de outros empréstimos é integralmente da responsabilidade política e pessoal do Executivo, que tudo fará para baixar a dívida que continua a ser o maior constrangimento à gestão da autarquia. -----

----- O Sr. Deputado Miguel Sá Pereira, disse que compreendia perfeitamente as dificuldades sentidas pelo Executivo com o serviço da dívida a médio e longo prazos e na necessidade de a baixar, opinou porém que baixando a dívida a longo prazo e substituindo-a por dívida a curto prazo, isso possa gerar um descontrolo de Tesouraria em que se baixe a dívida a longo prazo, mas se aumente a dívida a curto prazo. -----

----- A Sr.^a Deputada Fernanda Cardigo, usou da palavra para dizer que acha muito bem que os senhores deputados estejam muito cautelosos, e perguntou: para se chegar a uma dívida de mais de 13 milhões de dívida, quantos empréstimos foi preciso aprovar?

----- O Sr. Presidente da Câmara finalizou as intervenções alegando que a opção política de cobrar o IMI pela taxa mínima de 0,3%, em vez da taxa máxima de 0,5%, retira ao município, anualmente, uma receita de cerca de 400.000 euros, que obviamente se entrasse nos cofres da Câmara, evitaria a contratação deste tipo de empréstimos e muitos dos constrangimentos financeiros com que o Executivo se debate. -----

----- **Votação do Ponto:** Aprovado com 10 votos a favor da bancada da CDU- (PCP/PEV), 3 abstenções da bancada do PS e 3 abstenções da bancada do Todos Por Alpiarça-(PPD/PSD-MPT). -----

----- **Ponto 10 - Leitura, discussão e votação das atas da Assembleia Municipal, realizadas nas sessões dos dias 29 de Junho de 2015 e 28 de Setembro de 2015.** -----

----- **Intervenções:** -----

----- O sr. Presidente da Assembleia pôs ambas as atas à discussão, dizendo que havia uma pequena correção a fazer sobre a data da ata de 28 de Setembro de 2015, que estava redigida como tendo sido no dia 29 de Setembro, quando na realidade foi a 28. Mais disse que na página dez da ata de 29 de Junho, no período destinado à discussão e votação do prolongamento dos trabalhos para além das vinte quatro horas, se passou uma situação desagradável e relevante e que está omissa na ata e que nela deve constar, porque na realidade aconteceu. O texto a constar dessa parte da ata deverá ser o seguinte “Finda a intervenção de Marco Silva, o deputado Mário Santiago afirmou que o deputado Marco Silva não tinha problemas na continuidade da Assembleia para lá da meia-noite, porque no outro dia de manhã podia ficar na cama e quando ele era Presidente desta Assembleia passou-lhe várias declarações para ele justificar as suas faltas e poder ficar a dormir as manhãs na cama. O deputado Marco Silva, indignado, respondeu que de facto tem horários de trabalho de tarde, de manhã e à noite e só pedia a justificação quando o horário de trabalho coincidia com o horário da Assembleia, nunca pediu justificações para o dia seguinte, nem pode. Mais disse que o deputado Mário Santiago teria de provar um único caso em que ele tivesse ficado na cama a dormir através de uma justificação por ele efetuada e terminou a sua intervenção, chamando mentiroso ao deputado Mário Santiago. -----

----- O Sr. Deputado António Júlio solicitou a alteração da palavra “autarca” por “município”, na página dois da mesma ata, porque na realidade foi um município que estava a usar da palavra no período do público e não um autarca. -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia informou que ia pôr à votação a redação da ata de 29 de Junho, com as alterações propostas e que só poderiam participar na votação os senhores deputados que estiveram presentes nessa sessão. -----

----- O Sr. Deputado Paulo Sardinheiro disse que embora não estivesse presente, não lhe parece correto que seja aprovada uma ata, onde vão ser acrescentadas declarações

21/25

eventualmente proferidas por dois deputados ausentes nesta sessão. Ao que o Sr. Presidente da Assembleia respondeu que a ata será posta à votação e que o resultado da votação é que ditará se a ata será aprovada ou não. -----

----- **Votação da ata de 29 de Junho de 2015:** A ata foi então votada apenas pelos presentes naquela sessão, tendo sido aprovada com 10 votos a favor da bancada da CDU-(PCP/PEV) e 2 votos contra dos Srs. Deputados João Curvacho e Domingas Mendonça, da bancada do Todos Por Alpiarça-(PPD/PSD-MPT). Em declaração de voto estes dois deputados disseram que votaram contra, porque em sua opinião, havendo alterações significativas ao texto da ata, a mesma deveria voltar à discussão e aprovação com as alterações introduzidas. A Sr.ª Deputada Fernanda Cardigo também em declaração de voto, disse que votou favoravelmente, não só porque a ata assim estava correta e no seu entender o Sr. Deputado Mário Santiago devia um pedido de desculpas ao Sr. Deputado Marco Silva, porque mesmo após ter sido logo esclarecido de imediato por este sobre as declarações de presença solicitadas, usou as redes sociais no dia seguinte ainda, para as escrever sobre o assunto, sabendo que o Sr. Deputado Marco Silva, não ficava na cama a dormir. -----

----- **Votação da ata de 28 de Setembro de 2015:** A ata foi votada pelos dez deputados presentes naquela sessão, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

----- **Ponto 11 - Leitura, discussão e votação de recomendações, moções e votos, conforme disposto no n.º 2 do art.º 20 do Regimento.** -----

----- **Intervenções:** -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia disse que tinha em seu poder cinco documentos para discussão e aprovação e solicitou que cada bancada fizesse a apresentação e leitura dos respetivos documentos por si apresentados. -----

----- O Sr. Deputado Paulo Sardinheiro passou a ler um Louvor Público Municipal a todos os efetivos do posto da GNR de Alpiarça, comandados pelo Sarg. Sérgio Malacão. --

----- O Sr. Deputado João Curvacho passou a ler uma Moção de homenagem ao 25 de Novembro de 1975. -----

----- O Sr. Deputado João Curvacho passou a ler uma Moção pela paz e repúdio dos atentados terroristas e solidariedade para com as suas vítimas. -----

----- O Sr. Deputado João Curvacho passou a ler uma Moção de repúdio e contestação pelo uso de recursos públicos para fins lúdico-partidários. -----

22/25

----- A Sr.^a Deputada Fernanda Cardigo passou a ler um Voto de Pesar e de condenação dos atentados em Paris e de todas formas de terrorismo, incluindo o terrorismo de Estado. -----

----- Os Srs. Deputados: Fernando Ramalho, Miguel Sá Pereira, João Osório e Júlio Pratas, manifestaram as suas ideias e posições sobre os vários documentos apresentados.-

----- **Votação:** -----

----- **O Louvor Público Municipal a todos os efetivos do posto da GNR de Alpiarça**, foi reprovado com 10 votos contra da bancada da CDU-(PCP/PEV), 3 votos a favor da bancada do PS e 3 votos a favor da bancada do Todos Por Alpiarça-(PPD/PSD-MPT). -----

----- O Sr. Deputado Celestino Brasileiro, em declaração de voto, justificou o voto contra da bancada da CDU-(PCP/PEV) a este louvor, considerando-o uma tentativa de instrumentalização política das forças de segurança, trazendo para a discussão política local, uma discussão à qual a GNR é completamente alheia. Mais, esta tentativa vem na linha da demagogia e populismo da habitual intervenção dos eleitos pelo PPD/PSD em Alpiarça, os mesmos que apoiaram um governo que cortou vencimentos, congelou as carreiras, perseguiu dirigentes associativos e sindicais e se recusou a estabelecer um novo estatuto lesando assim de facto os milhares de mulheres e homens que servem a GNR. Acreditamos na ação e empenhamento da GNR e dos seus militares, apesar do governo não lhes proporcionar as melhores condições para o desempenho da sua missão, não só ao nível das carreiras mas também no que respeita às instalações e meios ao serviço dos efetivos, mas não podemos pactuar com atitudes demagógicas e com o populismo político mais uma vez numa ação do Todos Por Alpiarça-(PPD/PSD-MPT) em Alpiarça. Consideramos que a instituição GNR e os seus efetivos está acima de tudo isto, que deve continuar a desempenhar o seu papel na defesa dos cidadãos, na defesa de pessoas e bens, como sempre tem feito. O combate político em Alpiarça ou em qualquer lugar deverá ser feito entre as forças políticas no confronto das ideias, não envolvendo qualquer entidade no cumprimento do seu dever, que estará acima de qualquer luta político partidária. Em conclusão repudiamos este voto proposto pelo Todos Por Alpiarça-(PPD/PSD-MPT), que presta assim um mau serviço a Alpiarça e à sua população, e um mau serviço à GNR e aos seus efetivo. -----

----- **A Moção de homenagem ao 25 de Novembro de 1975**, foi reprovada com 10 votos contra da bancada da CDU-(PCP/PEV) e um voto contra do Sr. Deputado Miguel Sá

23/25

Pereira, da bancada do PS e com 3 votos a favor da bancada do Todos Por Alpiarça (PPD/PSD-MPT) e 2 votos a favor dos dois elementos restantes da bancada do PS. -----

----- O Sr. Deputado Miguel Sá Pereira, em declaração de voto, disse que votou contra esta moção, não porque não se orgulhe do 25 de Novembro, porque se orgulha, simplesmente acha despropositada esta apresentação pela bancada do Todos Por Alpiarça-(PPD/PSD-MPT), devendo a mesma ser feita pelo PSD/CDS e mais, não consegue compreender como é que uma moção destas que tem importância hoje não o teve em anos anteriores. Disse achar tudo isto uma provocação à bancada do PS e daí o seu voto. Considerou que isto tem tudo a ver com a recente constituição de um governo eleito pelos portugueses e aprovado pela esquerda. -----

----- **A Moção pela paz e repúdio dos atentados terroristas e solidariedade para com as suas vítimas**, foi aprovada por unanimidade. -----

----- **A Moção de repúdio e contestação pelo uso de recursos públicos para fins lúdico-partidários**, foi reprovada com 10 votos contra da bancada da CDU-(PCP/PEV), com 3 votos contra da bancada do PS e com 3 votos a favor da bancada do Todos Por Alpiarça-(PPD/PSD-MPT). -----

----- O Sr. Deputado Fernando Ramalho, em declaração de voto, disse que apesar de ter votado contra, considera que os recursos públicos não devem ser utilizados para fins lúdico-partidários. No entanto, como esta moção se refere a casos concretos, que desconhece se são verdadeiros ou falsos e portanto, não podendo como tal, formular juízos de valor sobre os mesmos. -----

----- **O Voto de Pesar e de condenação dos atentados em Paris e de todas formas de terrorismo, incluindo o terrorismo de Estado**, foi aprovado com 10 votos a favor da bancada da CDU-(PCP/PEV), com 2 votos contra da Bancada do PS e 2 votos contra da bancada do Todos Por Alpiarça-(PPD/PSD-MPT) e 2 abstenções dos Srs. Deputados Miguel Sá Pereira e Paulo Sardinheiro, respetivamente das bancadas do PS e do Todos Por Alpiarça-(PPD/PSD-MPT). -----

----- O Sr. Deputado Fernando Ramalho, em declaração de voto, disse que como é evidente e pela sua tomada de posição em moção anterior subordinada a tema semelhante, está contra estes atos terroristas e de barbárie, no entanto não concorda com o teor do texto desta moção, cuja linguagem tenta justificar algo que quanto a si não tem justificação de espécie alguma, daí o seu voto contra. -----

----- O Sr. Deputado Miguel Sá Pereira, em declaração de voto, disse que absteve, não porque não repudie qualquer ato terrorista, seja em Paris, seja em qualquer outro lugar, simplesmente não concorda com determinada parte do texto expresso neste voto de pesar. -----

----- **2.º PERÍODO DO PÚBLICO** -----

----- Não se registou qualquer intervenção por parte do público presente. -----

----- **ENCERRAMENTO DA SESSÃO** -----

----- Antes de se proceder à leitura da ata em minuta e ao encerramento da sessão e relativamente ao assunto das últimas Assembleias Municipais se terem realizado durante a semana, o Sr. Presidente da Assembleia informou que, sempre que possível, marcará as sessões da Assembleia para as sextas-feiras. Só que a ponderação sobre o dia da semana da realização das Assembleias, será sempre feita tendo em conta o superior interesse do Município. Assim sendo, e sempre que entender que é mais vantajoso a Assembleia Municipal, reunir noutro dia da semana, que não a sexta-feira, ela será marcada para outro dia da semana. Finalizou dirigindo-se em particular ao Sr. Deputado Paulo Sardinheiro, informando-o que no anterior mandato e sendo ele deputado da bancada do Partido Socialista e Presidente da Assembleia o seu colega de bancada atual, do Todos Por Alpiarça-(PPD/PSD-MPT), o Sr. Deputado Mário Santiago, as últimas assembleias municipais do ano, nunca se realizaram à sexta-feira e perguntou-lhe se ele tomou a mesma atitude de reprovar a continuação dos trabalhos para depois da meia-noite e se alguma vez abandonou qualquer sessão por esse motivo. O Sr. Deputado Paulo Sardinheiro, disse que não tinha presente o dia da semana em que se realizaram tais assembleias, mas acha muito estranho que não se tenham realizado no último dia útil da semana. -----

----- Nada mais havendo a tratar foi a reunião encerrada pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, eram uma hora e cinquenta e dois minutos, da qual, para constar e para efeitos de execução imediata, se lavrou minuta da presente ata, que foi aprovada por unanimidade e vai ser assinada pelos membros da Mesa da Assembleia. -

----- Presidente _____

----- 1º Secretário _____

----- 2º Secretário _____